

Palmeira nega versão de "racha" no partido

O presidente licenciado do PFL, senador Guilherme Palmeira (AL), considerou ontem totalmente infundadas as afirmações de que as bases do partido já estão decididas a ir para a oposição e que estariam inconformadas com a cúpula



partidária, que não toma uma atitude nesta direção. "Isto é só literatura", classificou o senador, após saber que vários parlamentares (inclusive o ex-governador de Alagoas, e seu amigo pessoal, senador Divaldo Su ruagy) têm sustentado a tese de que estaria ocorrendo um "distanciamento" entre as bases e a cúpula partidária.

Guilherme Palmeira observou que somente após o dia 15 de março, quando tomam posse os novos governadores, será possível sentir os anseios das bases pefelistas, em função exatamente do comportamento dos empossados em relação aos partidos da Aliança Democrática. Ele admitiu que "expectativa" como esta, além da reforma ministerial, estão retardando um posicionamento oficial do partido, através de uma convenção que definiria se o PFL fica ou não no governo.

Incluindo-se entre os que menos acreditam na possibilidade de o PFL ir para a oposição, Palmeira chegou a admitir: "Quem está no governo, por pior que ele seja, não quer

sair". Observou que é natural um posicionamento, a nível estadual, ao lado das oposições, já que o PMDB elegeu governadores na quase totalidade dos estados, mas a nível federal, segundo ele, é necessário es-

perar ainda "pelos acontecimentos". Se houver "um esmagamento" do partido a nível federal, aí sim, ficaria praticamente impossível sustentar a atual posição. Quanto às notícias sobre distribuição de cargos pelo Governo Federal para aumentar sua sustentação política, Palmeira afirmou "desconhecer" o assunto, acrescentando não ver sentido no critério de "proporcionalidade" em relação aos governos estaduais. "Quando o PFL tinha vários governadores — reclamou — esse critério nunca foi utilizado".

A Comissão Executiva do PFL deverá ser convocada até final de março, para prestação de contas e aprovação do plano de ação partidária, segundo determina o estatuto do partido. Dependente de decisão da Executiva convocar ou não o diretório, para posterior convocação de uma convenção partidária. Com isso, o PFL só realizaria uma convenção em abril ou maio, para dizer se vai ou não para a posição.



Deputado referiu-se ao programa Hebe Camargo, da TVS

Ulysses repele ataque da TV à Constituinte

Ao abrir ontem a sessão da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães deu conhecimento ao plenário das providências preliminares por ele tomadas em face dos «insultos, doestos e injúrias» veiculados pelo programa Hebe Camargo, da TVS, e que, segundo ele, «mais do que os constituintes, atingiram a própria instituição».

Ulysses foi muito aplaudido pelo plenário e recebeu, na hora, a solidariedade do vice-líder de plantão na bancada do PMDB, deputado João Hermann (SP). Aproveitando a oportunidade, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) disse que a nação está sendo mal informada a respeito do que estão fazendo os constituintes e propôs a Ulysses a requisição de rede de rádio e televisão, em horário nobre, por 15 minutos, para pessoalmente esclarecer o país sobre os trabalhos da Constituinte.

A proposta recebeu o apoio também da deputada Sandra Cavalcanti (RJ), em nome do PFL, mas com a condição de que Ulysses fale apenas sobre os trabalhos da Constituinte. Ulysses não se pronunciou.

Quanto ao caso Hebe, Ulysses, assim que chegou ao ple-

nário, ali já encontrou, à sua espera, o jornalista Carlos Henrique de Almeida Santos, representante da TVS. Com ele conversou cerca de 10 minutos, enquanto aguardava o número regimental para abrir a sessão. Depois, anunciou ao plenário ter chegado a seu conhecimento que num programa de televisão houve «insultos» e «injúrias» aos constituintes. Não citou o programa, nem a apresentadora, nem a emissora.

«A instituição foi ultrajada — acrescentou — talvez por leviandade, o que é inadmissível num meio de comunicação que atinge grandes áreas da população, ou, o que é pior, com o intuito de desmoralizar o Congresso Nacional, o que significa desmoralizar a própria democracia».

«Não aceitamos isso!» — continuou. Deu conta então de ter entrado em contato com o ministro Antonio Carlos Magalhães, para a requisição «da fita do malfadado programa», e com o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, para exame das medidas que poderão ser tomadas «na defesa, mais do que dos constituintes, da democracia neste país».